



Informações Trimestrais

**Preparadas de Acordo com as
Práticas Contábeis Adotadas no Brasil Aplicáveis
às Instituições Autorizadas a Funcionar pelo Banco
Central do Brasil**

Banco RCI Brasil S.A.

31 de março de 2020

	Página
Relatório da Administração	2
Relatório do Auditor Independente	5
Informações Trimestrais:	
Balanços Patrimoniais	7
Demonstrações dos Resultados	9
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	10
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	11
Demonstrações dos Resultados Abrangentes	12
Demonstrações do Valor Adicionado	13
Notas Explicativas às Informações Trimestrais	14
Relação dos Administradores	36
Declarações:	
Declaração dos Diretores sobre as Informações Trimestrais	37
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	38

BANCO RCI BRASIL S.A.
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração às Informações Trimestrais do Banco RCI Brasil S.A. (Banco RCI Brasil ou Companhia), relativas ao período findo em 31 de março de 2020, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

Mercado de Atuação

O Banco RCI Brasil, instituição financeira integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander, tem por objeto principal a prática de operações de investimento, arrendamento mercantil e crédito, financiamento e investimento, regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações voltadas, principalmente, para o financiamento e/ou arrendamento de veículos das marcas Renault e Nissan.

Eventos Societários

Na Reunião do Conselho da Administração realizada em 27 de dezembro de 2019, foi aprovada a proposta da Diretoria de distribuição e pagamento de juros sobre o capital próprio no valor de R\$74.000 (R\$174,26 por ação ordinária e R\$191,68 por ação preferencial, brutos em reais por ação; R\$148,12 por ação ordinária e R\$162,93 por ação preferencial, líquidos em reais por ação). O pagamento foi efetuado em 06 de janeiro de 2020.

Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2019, foi aprovado o destaque de dividendos no valor de R\$31.534 (R\$74,26 para ações ordinárias e R\$81,69 para ações preferenciais, em reais por ação) com base no lucro apurado em 31 de dezembro de 2018. O pagamento foi efetuado em 21 de maio de 2019.

Patrimônio Líquido e Resultados

O patrimônio líquido atingiu R\$1.356 milhões em 31 de março de 2020, apresentando evolução de 3,1% em relação a R\$1.315 milhões em 31 de dezembro de 2019. O lucro líquido apresentado no período findo em 31 de março de 2020 foi de R\$57 milhões (31/03/2019 - R\$38 milhões).

Ativos e Passivos

Em 31 de março de 2020, os ativos totais atingiram R\$12.174 milhões (31/12/2019 – R\$12.543 milhões) e estão representados, principalmente, pelas operações de crédito e de arrendamento mercantil no montante de R\$10.177 milhões (31/12/2019 – R\$10.137 milhões).

Em 31 de março de 2020, as captações de recursos do Banco RCI Brasil estão representadas, principalmente, por depósitos interfinanceiros no montante de R\$4.493 milhões (31/12/2019 – R\$5.026 milhões), recursos de aceites cambiais em R\$1.565 milhões (31/12/2019 – R\$1.592 milhões) e letras financeiras em R\$3.678 milhões (31/12/2019 – R\$3.496 milhões).

Conjuntura Econômica

O Banco RCI Brasil avalia que, no primeiro trimestre de 2020, o cenário global foi marcado pelos desdobramentos iniciais da pandemia do COVID-19, que acabaram atingindo a grande maioria das economias de maneira bastante intensa nos três primeiros meses do ano e cujos impactos finais ainda demandarão tempo para serem calculados, haja vista que a doença ainda não foi controlada. O Banco RCI Brasil avalia que, na ausência desta pandemia, o ambiente internacional e doméstico era favorável à materialização de um desempenho econômico global mais auspicioso do que deverá ser visto em 2020, uma vez que questões importantes como, por exemplo, disputas comerciais entre China e EUA, definições sobre o processo de saída do Reino Unido da União Europeia e, até mesmo, conflitos geopolíticos envolvendo os EUA e o Irã pareciam ter sido solucionadas a contento. Ou seja, o Banco RCI Brasil avalia que existia uma conjuntura favorável de fatores para que tanto as economias

BANCO RCI BRASIL S.A.
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

avançadas quanto a economia brasileira pudessem apresentar desempenho econômico mais robusto que em 2019. Entretanto, o Banco RCI Brasil entende que os choques provocados pela COVID19 não apenas trouxeram problemas imediatos a cadeias de produção ao redor do globo, como também impuseram restrições pesadas à livre movimentação das pessoas, traduzindo-se assim também em forte choque negativo sobre a demanda mundial. Diante deste ambiente altamente incerto, observou-se piora generalizada nas condições financeiras internacionais, com preços dos ativos financeiros apresentando quedas expressivas no período frente aos níveis observados no trimestre anterior.

No país, além dos infortúnios gerados pela COVID-19, o Banco RCI Brasil considera que houve desaceleração no ritmo de avanço das discussões sobre reformas estruturais importantes – após a promulgação da reforma do sistema previdenciário brasileiro, houve avanço lento nas discussões sobre novas medidas que aprofundem o controle de gastos públicos e/ou de mudanças tributárias – e que os indicadores de atividade econômica continuaram a apontar para um processo de retomada gradual, após o encerramento do impacto da medida de estímulo à economia calcada na liberação de recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) observada nos terceiro e quarto trimestres de 2019.

Na visão do Banco RCI Brasil, esta combinação das situações internas e externas acabou sendo extremamente desfavorável aos preços dos ativos no primeiro trimestre, inclusive da taxa de câmbio que encerrou o período em patamar bastante superior ao observado no final do quarto trimestre – R\$5,21/US\$ em março de 2020 versus R\$4,03/US\$ em dezembro de 2019. Ademais, o Banco RCI Brasil testemunhou o mercado de ações apresentar quedas expressivas com o índice Bovespa tendo recuado para o nível de 73.019,8 pontos frente aos 115.645,3 pontos na mesma comparação anterior – perda de aproximadamente 37% do valor do índice acionário.

Mais ainda, o Banco RCI Brasil entende que a elevação observada no patamar do risco de crédito brasileiro indicou retorno da desconfiança quanto à materialização de novas reformas estruturais que possam garantir a sustentabilidade do endividamento público brasileiro. Principalmente após a adoção de diversas medidas de combate aos efeitos da pandemia que levarão o déficit fiscal primário a patamares extremamente elevados em 2020. O Banco RCI Brasil entende que estas medidas são justificáveis no atual cenário, mas vê riscos de que haja transformação de medidas extraordinárias em despesas obrigatórias nos próximos anos. Inclusive, diante deste quadro, a agência de classificação de risco de crédito Standard & Poor's reverteu a melhora que havia promovido em sua perspectiva quanto à atual posição ocupada pelo Brasil em seu ranking, que indicava possibilidade de melhora desta colocação. Agora, a agência de risco de crédito avalia não haver motivo para uma possível melhora no curto prazo. Assim, enquanto o Banco RCI Brasil observou o *credit default swap* – conhecido pela sigla CDS – para o prazo de 5 anos encerrar o quarto trimestre de 2019 em 99,5 pontos, esta mesma medida de risco de crédito encerrou março de 2020 no patamar de 284,2 pontos base – não sem antes ter se aproximado do patamar de 400 pontos base em meados de março.

Como dito anteriormente, o Banco RCI Brasil entende que esta piora na percepção de risco de crédito está em parte relacionada ao risco aparente de que as medidas adotadas pelo governo brasileiro para combater os impactos da COVID-19 na economia brasileira se transformem em despesas perenes e que as reformas estruturantes sejam postergadas. Entretanto, parte também está relacionada às piores condições financeiras observados globalmente. Na medida em que haja melhora nestas condições financeiras, o Banco RCI Brasil avalia que haverá espaço para alguma apreciação da taxa de câmbio. Não obstante, o Banco RCI Brasil entende que uma reversão mais intensa do enfraquecimento registrado pela moeda brasileira no primeiro trimestre só acontecerá com a retomada mais vigorosa das discussões acerca das reformas.

Por fim, o Banco RCI Brasil também considera que a continuidade do processo de redução da taxa básica de juros promovida pelo Banco Central do Brasil no primeiro trimestre, juntamente com a adoção de medidas para ampliar liquidez no sistema e a tentativa de garantir que estes recursos cheguem tanto ao setor corporativo quanto às pessoas foram iniciativas importantes para combater os impactos da COVID-19. Ainda mais por serem medidas

BANCO RCI BRASIL S.A.
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

adotadas em um ambiente inflacionário sem pressões aparentes. Aliás, o Banco RCI Brasil entende que a pandemia terá impacto líquido deflacionário, justificando uma postura mais condescendente por parte da autoridade monetária brasileira. Esta opinião é compartilhada pelos demais agentes econômicos já que as projeções de inflação para este ano e os vindouros indicam números abaixo das metas estipuladas pelo Conselho Monetário Nacional, o que indica haver espaço para extensão do ciclo de distensão monetária.

Auditoria Independente

A política de atuação do Banco RCI Brasil na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander, do qual o Banco RCI Brasil passou a integrar em 26 de dezembro de 2017. Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 381/2003, o Banco RCI Brasil informa que no período de nove meses findo em 31 de março de 2020, não foram prestados pela KPMG Auditores Independentes e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria independente das Informações Trimestrais. Ademais, o Banco RCI Brasil confirma que a KPMG Auditores Independentes dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria independente das Informações Trimestrais do Banco RCI Brasil. A referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor.

Outras Informações

A Assembleia Geral Extraordinária do Banco RCI se reuniu em 27 de janeiro de 2020 e deliberou a exoneração do Sr. Thomas Gregor Ilg do cargo de Conselheiro Suplente e a subsequente eleição do Sr. Diogo Rodrigues de Sousa, condicionada à homologação pelo Bacen, ocorrida em 16 de março de 2020, data em que este foi empossado no cargo.

O Conselho de Administração do Banco RCI se reuniu em 5 de agosto de 2019 e deliberou pela aprovação da eleição do Sr. Fabien Jean Michel Tournier para o cargo de Diretor Administrativo-Financeiro da Companhia com sua posse condicionada à aprovação pelo Banco Central do Brasil, ocasião em que a Sra. Andrea Veronica Arrossi de Mazzucchelli é exonerada deste cargo.

A Assembleia Geral Extraordinária do Banco RCI se reuniu em 12 de agosto de 2019 e deliberou pela aprovação da eleição do Sr. Francisco Javier Muñoz Bermejo para o cargo de Conselheiro Efetivo, Sr. Enrico Rossini e Sr. Fabien Jean Michel Tournier para os cargos de Conselheiro Suplente e a condução do Sr. Gustavo de Souza Santos para o cargo de Conselheiro Suplente, todos com suas posses condicionadas à aprovação pelo Banco Central do Brasil, ocasião em que a Sra. Andrea Veronica Arrossi de Mazzucchelli, Frederic Schneider e Ricardo Olivare de Magalhães são exonerados destes cargos.

Agradecimentos

A Administração do Banco RCI Brasil agradece aos clientes e acionistas pela confiança depositada.

Curitiba, 13 de maio de 2020.

O Conselho de Administração

A Diretoria



KPMG Auditores Independentes
Rua Nunes Machado, 68 – Torre A - 10º andar
80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas do
Banco RCI Brasil S.A.
Curitiba - PR

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias individuais do Banco RCI Brasil S.A. ("Banco"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração do Banco é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias individuais com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as referidas informações financeiras intermediárias individuais, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos



relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

Outros Assuntos - Demonstração do valor adicionado

As informações financeiras intermediárias individuais, relativas à demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Banco, cuja apresentação não é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR do Banco. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações financeiras intermediárias individuais e com os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que a demonstração do valor adicionado individual não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias individuais tomadas em conjunto.

Curitiba, 13 de maio de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC PR-007945/F-7

Rodrigo de Mattos Lia
Contador CRC 1SP-252418/O-3

BANCO RCI BRASIL S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

	Nota	31/03/2020	31/12/2019
Ativo Circulante		5.923.040	6.338.153
Disponibilidades	4	36.923	9.383
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4	295.000	397.055
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		295.000	397.055
Relações Interfinanceiras	6	277.734	489.400
Depósitos no Banco Central		277.734	489.400
Operações de Crédito		4.847.317	4.900.953
Setor Privado	8.c	4.927.398	4.983.135
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	8.c	-	7
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	8.f	(80.081)	(82.189)
Operações de Arrendamento Mercantil		267.660	293.194
Setor Privado	8.a	272.770	296.440
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	8.f	(5.110)	(3.246)
Outros Créditos		153.553	199.140
Créditos Tributários	9.a	119.424	115.420
Rendas a Receber		4.052	4.694
Diversos	10	30.077	79.026
Outros Valores e Bens		44.853	49.028
Outros Valores e Bens		224	224
Despesas Antecipadas		44.629	48.804
Ativo Realizável a Longo Prazo		6.246.914	6.202.546
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		713.376	800.545
Carteira Própria	5.a	713.376	800.508
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.a	-	37
Operações de Crédito		4.733.563	4.557.817
Setor Privado	8.c	4.824.342	4.646.063
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	8.c	-	11
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	8.f	(90.779)	(88.257)
Operações de Arrendamento Mercantil		328.940	384.730
Setor Privado	8.a	337.721	392.717
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	8.f	(8.781)	(7.987)
Outros Créditos		471.035	459.452
Créditos Tributários	9.a	249.880	239.557
Diversos	10	221.155	219.895
Outros Valores e Bens		-	2
Despesas Antecipadas		-	2
Permanente		4.127	2.866
Imobilizado de Uso	11	3.661	2.286
Outras Imobilizações de Uso		6.088	4.585
(Depreciações Acumuladas)		(2.427)	(2.299)
Intangível		466	580
Outros Ativos Intangíveis	12	5.828	5.828
(Amortizações Acumuladas)	12	(5.362)	(5.248)
Total do Ativo		12.174.081	12.543.565

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Informações Trimestrais.

BANCO RCI BRASIL S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

	Nota	31/03/2020	31/12/2019
Passivo Circulante		4.334.322	4.674.082
Depósitos	13.a	1.707.198	2.244.309
Depósitos à Vista		7.591	7.454
Depósitos Interfinanceiros		1.695.427	2.234.583
Depósitos a Prazo		4.180	2.272
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	13.b	2.006.083	1.746.174
Recursos de Aceites Cambiais		680.591	624.286
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		1.325.492	1.121.888
Outras Obrigações		621.041	683.599
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		1.264	4.511
Sociais e Estatutárias		894	64.961
Fiscais e Previdenciárias	14	29.772	38.058
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.b	105.918	80.748
Diversas	15	483.193	495.321
Passivo Exigível a Longo Prazo		6.484.119	6.554.640
Depósitos	13.a	2.821.106	2.812.478
Depósitos Interfinanceiros		2.797.268	2.790.938
Depósitos a Prazo		23.838	21.540
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	13.b	3.237.054	3.341.205
Recursos de Aceites Cambiais		884.593	967.467
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		2.352.461	2.373.738
Outras Obrigações		425.959	400.957
Fiscais e Previdenciárias	14	170.509	171.231
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.b	213.150	166.707
Diversas	15	42.300	63.019
Patrimônio Líquido	17	1.355.640	1.314.843
Capital Social:		985.225	985.225
De Domiciliados no País		393.015	393.015
De Domiciliados no Exterior		592.210	592.210
Reservas de Lucros		444.046	386.757
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(73.631)	(57.139)
Total do Passivo		12.174.081	12.543.565

BANCO RCI BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

	Nota	1/01 a 31/03/2020	1/01 a 31/03/2019
Receitas da Intermediação Financeira		371.082	387.753
Operações de Crédito		307.963	273.106
Operações de Arrendamento Mercantil		98.029	123.453
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		4.269	19.537
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	5.b	(43.991)	(34.722)
Resultado das Aplicações Compulsórias		4.812	6.379
Despesas da Intermediação Financeira		(230.662)	(276.901)
Operações de Captação no Mercado		(114.310)	(125.542)
Operações de Arrendamento Mercantil		(83.072)	(111.216)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.f	(33.280)	(40.143)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		140.420	110.852
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(53.277)	(57.184)
Receitas de Prestação de Serviços		3.030	2.238
Rendas de Tarifas Bancárias	19	20.740	22.559
Despesas de Pessoal		(11.379)	(9.833)
Outras Despesas Administrativas	20	(46.796)	(52.802)
Despesas Tributárias		(9.441)	(8.086)
Outras Receitas Operacionais	21	10.571	16.356
Outras Despesas Operacionais	22	(20.002)	(27.616)
Resultado Operacional		87.143	53.668
Resultado não Operacional	23	6.161	12.460
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		93.304	66.128
Imposto de Renda e Contribuição Social	24	(35.112)	(27.403)
Provisão para Imposto de Renda		(20.139)	(12.678)
Provisão para Contribuição Social		(18.656)	(12.045)
Ativo Fiscal Diferido		3.683	(2.680)
Participação dos Empregados no Lucro		(903)	(753)
Lucro Líquido		57.289	37.972
Nº de Ações (Mil)	17.a	404	404
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações (em R\$)		141.804	93.990

BANCO RCI BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	1/01 a 31/03/2020	1/01 a 31/03/2019
Lucro Líquido	57.289	37.972
Outros Resultados Abrangentes	(16.492)	9.524
Ativo Financeiros Disponíveis para Venda	(1)	(14)
Ajuste ao Valor de Mercado	(2)	(23)
Imposto de Renda	1	9
Hedges de fluxo de caixa	(16.491)	9.538
Ajuste ao Valor de Mercado	(27.782)	16.671
Imposto de Renda	11.291	(7.133)
Resultado Abrangente	40.797	47.496

BANCO RCI BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

	Nota	Reservas de Lucros				Lucros Acumulados	Total
		Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Ajustes de Avaliação Patrimonial		
Saldos em 31 de dezembro de 2018		985.225	49.145	185.124	(30.537)	-	1.188.957
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	9.254	-	9.254
Lucro Líquido		-	-	-	-	37.972	37.972
Saldos em 31 de março de 2019		985.225	49.145	185.124	(21.283)	37.972	1.236.183
Mutações no Período		-	-	-	9.254	37.972	47.226
Saldos em 31 de dezembro de 2019		985.225	62.046	324.711	(57.139)	-	1.314.843
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	(16.492)	-	(16.492)
Dividendos com base na Reserva Estatutária	17.b	-	-	-	-	-	-
Lucro Líquido		-	-	-	-	57.289	57.289
Destinações:							
Reserva Legal	17.d	-	2.864	-	-	(2.864)	-
Juros Sobre o Capital Próprio	17.b	-	-	-	-	-	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	17.c	-	-	54.425	-	(54.425)	-
Saldos em 31 de março de 2020		985.225	64.910	379.136	(73.631)	-	1.355.640
Mutações no Período		-	2.864	54.425	(16.492)	-	40.797

BANCO RCI BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

	Nota	1/01 a 31/03/2020	1/01 a 31/03/2019
Atividades Operacionais			
Lucro Líquido		57.289	37.972
Ajustes ao Lucro Líquido		27.346	42.263
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.f	33.280	40.143
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		(3.683)	(690)
Depreciações e Amortizações		242	255
Provisão de Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	16.c	(379)	4.730
Atualização de Depósitos Judiciais	21	(1.613)	(1.392)
Atualização de Impostos a Compensar	21	(501)	(783)
Variações em Ativos e Passivos		(332.466)	(449.843)
(Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		128.918	(94.894)
(Aumento) em Operações de Crédito e Operações de Arrendamento Mercantil		(74.067)	(201.433)
(Aumento) em Depósitos no Banco Central		211.666	(1.388)
Redução em Outros Créditos		52.339	11.849
Redução (Aumento) em Despesas Antecipadas		4.177	(9.060)
Aumento em Depósitos		(528.483)	(155.313)
(Redução) Aumento em Outras Obrigações		(90.668)	39.076
Impostos Pagos		(36.348)	(38.680)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		(247.831)	(369.608)
Atividades de Investimento			
Aquisição de Imobilizado de Uso		(1.503)	(764)
Alienação de Imobilizado de Uso		-	31
Caixa Líquido (Aplicado) em Atividades de Investimento		(1.503)	(733)
Atividades de Financiamento			
Emissões de Obrigações de Longo Prazo		397.185	895.242
Pagamentos de Obrigações de Longo Prazo		(159.466)	(409.541)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	17.b	(62.900)	(62.274)
Caixa Líquido Originado em Atividades de Financiamento		174.819	423.427
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa		(74.515)	53.086
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	4	406.438	36.872
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	4	331.923	89.958

BANCO RCI BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

	Nota	1/01 a 31/03/2020		1/01 a 31/03/2019	
Receitas da Intermediação Financeira		371.082		387.753	
Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias		23.770		24.797	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.f	(33.280)		(40.143)	
Outras Receitas (Despesas)		(3.270)		1.199	
Despesas da Intermediação Financeira		(197.382)		(236.758)	
Insumos de Terceiros		(46.336)		(52.225)	
Serviços de Terceiros		(16.946)		(14.679)	
Outros		(29.390)		(37.546)	
Valor Adicionado Bruto		114.584		84.623	
Retenções:					
Depreciações e Amortizações		(242)		(255)	
Valor Adicionado Bruto a Distribuir		114.342		84.368	
Distribuição do Valor Adicionado					
Pessoal		10.624	9,3%	9.126	10,8%
Remuneração		7.464		6.480	
Benefícios		1.843		1.696	
FGTS		597		722	
Outras		720		228	
Impostos, Taxas e Contribuições		46.211	40,4%	36.949	43,8%
Federais		44.383		34.308	
Municipais		1.828		2.641	
Remuneração de Capitais de Terceiros - Aluguéis		218	0,3%	321	0,4%
Remuneração de Capitais Próprios		57.289	50,0%	37.972	45,0%
Reinvestimentos de Lucros		57.289		37.972	
Total		114.342	100,0%	84.368	100,0%

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

1. Contexto Operacional

O Banco RCI Brasil S.A. (Banco RCI Brasil ou Companhia), instituição financeira integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander, constituída na forma de sociedade anônima, domiciliada na Rua Pasteur, 463 - 2º andar - Conjunto 204 - Batel - Curitiba - PR, tem por objeto principal, a prática de operações de investimento, arrendamento mercantil e crédito, financiamento e investimento, regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações atualmente voltadas, principalmente, para o financiamento e arrendamento de veículos das marcas Renault e Nissan, e conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro.

2. Apresentação das Informações Trimestrais

As Informações Trimestrais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do CMN, do Bacen, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen.

A preparação das Informações Trimestrais requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, tais como provisões para processos judiciais, valor justo de certos instrumentos financeiros e realização de créditos tributários. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das Informações Trimestrais para o período findo em 31 de março de 2020 na reunião realizada em 13 de maio de 2020.

Em 2019 o Bacen emitiu a circular nº 3.959 que em conjunto com a Resolução nº 4.720/2.019 estabeleceu algumas alterações em relação à publicação das Informações Trimestrais das entidades autorizadas a funcionar pelo órgão, a partir de janeiro de 2020. A referida circular estabeleceu a mudança no formato de apresentação das operações de arrendamento mercantil, conforme abaixo:

Apresentação das Operações de Arrendamento Mercantil	Antes da Circular nº 3.959		Estabelecido pela Circular nº 3.959	
	Conceito	Saldo em 31/12/2019	Conceito	Saldo em 31/12/2019 Reclassificado
Operações de Arrendamento	Pelo Valor Presente sem considerar o Valor Residual Garantido (VRG) deduzidas de Rendas a Apropriar e acrescidas de Bens Não de Uso Próprio - Arrendamento	12.078	VRG; ou O valor presente provável de realização do bem arrendado no final do contrato, deduzidos os custos de venda, no caso de inexistência de valor residual garantido.	689.157
Provisão para Devedores Duvidosos - PDD	De acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99	(11.233)	De acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99	(11.233)
Imobilizado de Arrendamento	Divulgado no Balanço deduzido da Depreciação	1.627.372	Passaram a não mais compor o Balanço Patrimonial	-
Credores por Antecipação do Valor Residual	Divulgado no Balanço na linha de Outras Obrigações - Diversas	(950.293)	Passaram a não mais compor o Balanço Patrimonial	-
Total		677.924		677.924

3. Principais Práticas Contábeis
a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Informações Trimestrais estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do Banco RCI Brasil.

b) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

e) Créditos Remunerados Vinculados ao Bacen

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

f) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

I - Títulos para negociação;

II - Títulos disponíveis para venda; e

III - Títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade financeira do Banco de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida:

(1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e

(2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidos no resultado do período.

g) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a "hedge" ou não. As operações efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de "hedge" contábil, principalmente derivativos utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge") podem ser classificados como:

I - "Hedge" de risco de mercado; e

II - "Hedge" de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

(1) para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no período; e

(2) para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

Alguns instrumentos financeiros híbridos são compostos por um instrumento financeiro derivativo e um ativo ou passivo não derivativo. Nestes casos, o instrumento financeiro derivativo representa um derivativo embutido. Os derivativos embutidos são registrados separadamente em relação ao contrato a que estejam vinculados.

h) Carteira de Crédito, Arrendamento e Provisão para Perdas

A carteira de créditos inclui operações de crédito e operações de arrendamentos mercantil e é demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados "pro rata" dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Os contratos de arrendamento de bens são registrados pelos correspondentes valores das contraprestações a receber, que indicam os valores das parcelas a vencer dos contratos, em conta de arrendamentos a receber, em contrapartida à conta retificadora de rendas a apropriar. As rendas decorrentes dos contratos de arrendamento são apropriadas pelo valor das contraprestações na data dos vencimentos, conforme determina a Portaria do Ministério da Fazenda (MF) 140/1984.

Normalmente, o Banco RCI Brasil efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito e de arrendamento de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito e de arrendamento baixado para prejuízo é registrada em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

As cessões de crédito sem retenção de riscos resultam na baixa dos ativos financeiros objeto da operação, que passam a ser mantidos em conta de compensação. O resultado da cessão é reconhecido integralmente, quando de sua realização.

A partir de janeiro de 2012, conforme determinado pela Resolução CMN 3.533/2008 e Resolução CMN 3.895/2010, todas as cessões de crédito com retenção de riscos passam a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações, e os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

O FIDC RN possui seu capital social composto por quotas seniores e subordinadas, sendo o Banco RCI Brasil detentor da totalidade das quotas subordinadas, caracterizadas por assumirem o maior risco (as cotas subordinadas serão amortizadas após as quotas seniores). O valor de aquisição das quotas subordinadas é contabilizado em conta de aplicação e posteriormente valorizado conforme atualização monetária da quota, em contrapartida de conta de resultado. O Banco RCI Brasil cede uma parcela de sua carteira ao FIDC RN, conforme critérios de aquisição de recebíveis pelo FIDC. Ao Banco RCI Brasil reter substancialmente os riscos e benefícios da operação, a carteira cedida é reclassificada para “Operações de Crédito Vinculadas a Cessão”. Concomitantemente, por ser detentor dos riscos e benefícios, o Banco RCI Brasil registra no passivo os montantes referentes a carteira cedida (“Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão de Créditos” – Nota 16). Em assembleia geral de cotistas realizada em 01 de novembro de 2019, foi realizado o resgate das cotas seniores do FIDC RN Brasil e aprovado o resgate total das cotas subordinadas realizado em 30 de dezembro de 2019.

As provisões para operações de crédito e de arrendamento são fundamentadas nas análises das operações em aberto (vencidas e vincendas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, conforme estabelecido pela Resolução CMN 2.682/1999.

i) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos de operações de crédito e arrendamento mercantil.

i.1) Comissões Pagas a Correspondentes Bancários

Considerando-se o contido na Resolução 4.294 e Circular Bacen 3.693 de dezembro de 2013, a partir de janeiro de 2015 as comissões pagas aos agentes intermediários em decorrência da originação de novas operações de crédito ficaram limitadas aos percentuais máximos de (i) 6% do valor da nova operação originada e (ii) 3% do valor da operação objeto de portabilidade.

As referidas comissões devem ser integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas.

j) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

j.1) Imobilizado de Uso

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

j.2) Imobilizado de Arrendamento

Os bens objeto dos contratos de arrendamento celebrados na vigência das Portarias MF 140/1984 e MF 113/1988 são depreciados segundo os prazos de vida útil-econômica estabelecidos pela legislação tributária, reduzidos em 30% desde que atendidos os requisitos estabelecidos. Não houve mudança nas políticas contábeis e para fins de apresentação, está sendo seguida a Circular nº 3.959 do Bacen, conforme descrito na Nota 2.

j.3) Intangível

Os gastos classificados no ativo intangível são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos quando se referem à aquisição e desenvolvimento de logiciais.

j.4) Insuficiência/Superveniência de Depreciação

Constituída de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Circular Bacen 1.429/1989, resulta da diferença entre o valor contábil dos contratos de arrendamento e o valor presente das respectivas contraprestações, calculada com base na taxa interna de retorno. De acordo com essa Circular, o valor contábil dos contratos é determinado pela soma das seguintes contas: arrendamentos a receber, valores residuais a realizar e a balancear, rendas de arrendamentos a apropriar, imobilizado de arrendamento, perdas em arrendamentos a amortizar, depreciações e amortizações acumuladas, bens não de uso próprio e credores por antecipação de valor residual. A referida Circular não requer a reclassificação dos saldos do ativo permanente para o ativo circulante e realizável a longo prazo e receitas e despesas de arrendamento mercantil. Tais ajustes são apresentados pelo saldo da conta de insuficiência/superveniência de depreciação no permanente. O imposto de renda correspondente à superveniência ou à insuficiência é representado pelo saldo da conta de provisão para imposto de renda diferido ou créditos tributários, respectivamente. Não houve mudança nas políticas contábeis e para fins de apresentação, está sendo seguida a Circular nº 3.959 do Bacen, conforme descrito na Nota 2.

j.5) Perdas em Arrendamentos a Amortizar

Correspondem a perdas apuradas na venda de bens pelo valor residual dos contratos que são amortizadas pelo respectivo prazo remanescente de vida útil dos bens arrendados. O saldo correspondente às perdas a amortizar, para efeito das Informações Trimestrais, está reclassificado para a rubrica “bens arrendados”. Não houve mudança nas políticas contábeis e para fins de apresentação, está sendo seguida a Circular nº 3.959 do Bacen, conforme descrito na Nota 2.

k) Captações, Emissões e Outros Passivos

Os instrumentos de captação de recursos são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, considerado basicamente como sendo o preço de transação. São posteriormente mensurados ao custo amortizado (competência) com as despesas inerentes reconhecidas como um custo financeiro (Nota 13).

l) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

O Banco RCI Brasil é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas Informações Trimestrais.

As provisões são reavaliadas em cada data de balanço para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser totais ou parcialmente revertidas ou reduzidas quando deixam de ser prováveis as saídas de recursos e

obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para as ações judiciais cujo o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 16.f) e para as ações judiciais cujo risco de perda é remota não é requerida a divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas Informações Trimestrais.

No caso de trânsitos em julgado favoráveis ao Banco Santander, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

m) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sobre determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da Cofins são registradas em despesas tributárias.

n) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 20% para as instituições financeiras, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL, para os bancos de qualquer espécie, foi elevada de 15% para 20% com vigência a partir de 1º de março de 2020, nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103, publicada em 13 de novembro de 2019.

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 9.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

o) Juros sobre o Capital Próprio

Publicada em 19 de dezembro de 2018, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2019, a Resolução 4.706 tem aplicação prospectiva e determina procedimentos para o registro contábil de remuneração do capital. A Resolução delibera que os Juros sobre Capital Próprio devem ser reconhecidos a partir do momento que sejam declarados ou proposto e assim configurem obrigação presente na data do balanço e, em cumprindo esta determinação, esta remuneração de capital deve ser registrada em conta específica no Patrimônio Líquido.

p) Estimativas Contábeis

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela Administração para a preparação das Informações Trimestrais são revisadas pelo menos trimestralmente, sendo apresentadas a seguir as principais estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo período quando comparados com os montantes reais, tais como: ajuste a mercado dos títulos e instrumentos financeiros derivativos, valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências e a realização dos créditos tributários. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2019	31/12/2018
Disponibilidades	36.923	9.383	39.950	36.872
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	295.000	397.055	50.008	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	295.000	397.055	50.008	-
Total	331.923	406.438	89.958	36.872

As informações relativas a 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018 são demonstradas para informar a composição dos saldos iniciais do Caixa e Equivalentes de Caixa apresentados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

5. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos
a) Títulos e Valores Mobiliários
I) Resumo da Carteira por Categorias

	31/03/2020		31/12/2019	
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste a Mercado no Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos Disponíveis para Venda	713.381	(5)	713.376	800.508
Títulos Públicos	81.502	(5)	81.497	170.725
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	81.502	(5)	81.497	170.725
Títulos Privados - Cotas de Fundos de Investimentos	631.879	-	631.879	629.783
Venda de Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC Venda de Veículos) ⁽¹⁾	631.879	-	631.879	629.783
Total de Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos - Ativo	713.381	(5)	713.376	800.508

As cotas de fundos de investimento em direitos creditórios contemplam os efeitos de harmonização com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, referentes à avaliação da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

II) Abertura por Vencimento

	31/03/2020		
	Sem Vencimento	De 3 a 12 Meses	Total
Títulos Disponíveis para Venda	631.879	81.497	713.376
Títulos Públicos	-	81.497	81.497
LFT	-	81.497	81.497
Títulos Privados	631.879	-	631.879
FIDC Venda de Veículos ⁽¹⁾	631.879	-	631.879
Total	631.879	81.497	713.376

(1) Referem-se a Cotas Sênior e Subordinadas, cujo prazo de encerramento do FIDC é junho de 2026, conforme seu regulamento.

Para a abertura por vencimento das LFT's e dos FIDC's foi utilizado o critério de vencimento dos títulos e o prazo de encerramento dos FIDC's, respectivamente.

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião do encerramento do balanço e as cotas de fundo de investimento são atualizadas com base na cotação divulgada pelos administradores dos fundos diariamente.

b) Instrumentos Financeiros Derivativos – Hedge de Fluxo de Caixa

O principal fator de risco dos instrumentos derivativos assumidos estão relacionados a taxas de juros. Na administração deste e de outros fatores de risco de mercado, são utilizadas práticas que incluem a mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos, que podem afetar as posições do Banco RCI Brasil nos diversos mercados onde atua. Com base neste modelo de gestão, o Banco RCI Brasil tem conseguido, com a utilização de operações envolvendo instrumentos derivativos, otimizar a relação risco-benefício mesmo em situações de maior volatilidade.

O valor justo para os instrumentos financeiros derivativos é determinado através de modelos e com uso em cotações. O valor justo dos swaps é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado, refletindo os fatores de risco adequados. O valor justo dos contratos a termo também é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando metodologias similares aquelas descritas para swaps. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades. Para os derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, o preço justo é obtido por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos.

I) Resumo dos Instrumentos Financeiros Derivativos

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Passivo		
"Swap" Negociação - Diferencial a Pagar	4.206	-
"Swap" Hedge de Fluxo de Caixa - Diferencial a Pagar	314.862	247.418
Total	319.068	247.418

II) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Compensação e Patrimoniais

	<u>31/03/2020</u>			<u>31/12/2019</u>		
	<u>Valor Referencial</u>	<u>Valor da Curva</u>	<u>Valor de Mercado</u>	<u>Valor Referencial</u>	<u>Valor da Curva</u>	<u>Valor de Mercado</u>
"Swap" - Negociação						
Ativo	475.000	478.288	478.943	-	-	-
Certificado de Depósitos Interfinanceiros (CDI)	475.000	478.288	478.943	-	-	-
Passivo	(475.000)	(478.515)	(483.149)	-	-	-
Taxa de Juros Pré - Reais	(475.000)	(478.515)	(483.149)	-	-	-
"Swap" - Negociação	-	(227)	(4.206)	-	-	-

No período findo em 31 de março de 2020, foram reconhecidas despesas com instrumentos financeiros derivativos no montante de R\$43.991 (31/03/2019 - R\$34.722).

III) Estratégias de Hedge – Hedge de Fluxo de Caixa

A efetividade apurada para a carteira de hedge está em conformidade com o estabelecido na Circular Bacen 3.082/2002 e a seguinte estrutura de hedge contábil foi estabelecida:

- O Banco RCI Brasil, possui operações de hedge cujo objeto são captações com operações de Letras Financeiras (LF), Letras de Câmbio (LC) e Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI). As estratégias de hedge de fluxo de caixa do Banco RCI Brasil consistem em hedge de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros, que são atribuíveis as alterações nas taxas de juros relativas a ativos e

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

passivos reconhecidos. As operações de hedge foram designadas entre outubro de 2017 a fevereiro de 2020 e os vencimentos são entre abril de 2020 e setembro de 2023.

Em hedge de fluxo de caixa a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de hedge é reconhecida temporariamente no patrimônio líquido sob a rubrica de ajustes de avaliação patrimonial até que as transações previstas ocorram, quando então essa parcela é reconhecida na demonstração do resultado. A parcela não efetiva da variação no valor de derivativos de proteção cambial é reconhecida diretamente nas demonstrações do resultado.

	31/03/2020			31/12/2019		
	Valor Referencial	Valor da Curva	Valor de Mercado	Valor Referencial	Valor da Curva	Valor de Mercado
"Swap" - Derivativos Utilizados como Instrumentos de "Hedge"						
Ativo	4.568.000	4.876.119	4.887.543	4.246.000	4.506.494	4.518.224
Certificado de Depósitos Interfinanceiros (CDI)	4.568.000	4.876.119	4.887.543	4.246.000	4.506.494	4.518.224
Passivo	(4.568.000)	(5.010.288)	(5.202.405)	(4.246.000)	(4.600.999)	(4.765.642)
Taxa de Juros Pré - Reais	(4.568.000)	(5.010.288)	(5.202.405)	(4.246.000)	(4.600.999)	(4.765.642)
"Hedge" de Fluxo de Caixa	-	(134.169)	(314.862)	-	(94.505)	(247.418)
						31/03/2020
						Objetos de Hedge
						Instrumentos de Hedge
						Valor Contábil
Estratégias						
Contratos de Swap						
Hedge de Captações			(4.568.000)	(5.010.288)	(5.202.405)	(5.450.204)
						31/12/2019
						Objetos de Hedge
						Instrumentos de Hedge
						Valor Contábil
Estratégias						
Contratos de Swap						
Hedge de Captações			(4.246.000)	(4.600.999)	(4.765.642)	(4.943.923)

O efeito da marcação a mercado dos contratos de *swap* ativos está contabilizado no patrimônio líquido e corresponde a um débito no valor de R\$140.399 (31/12/2019 - R\$112.618) brutos e R\$73.631 (31/12/2019 - R\$57.139) líquido dos efeitos tributários.

IV) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento - Ativos

				Valor da Curva	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/03/2020	31/12/2019
"Swap"	-	475.000	-	475.000	-
Operações de Hedge	571.000	1.432.000	2.565.000	4.568.000	4.246.000
Total	571.000	1.907.000	2.565.000	5.043.000	4.246.000

V) Instrumentos Financeiros Derivativos por Contraparte

Em 31 de março de 2020 e de 2019, as contrapartes das operações com derivativos são instituições financeiras.

VI) Instrumentos Financeiros Derivativos por Mercado de Negociação

Em 31 de março de 2020 e de 2019, o mercado de negociação das operações com derivativos é o mercado de balcão (operações que são incluídas em câmaras de registro, conforme regulamentação do Bacen).

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

6. Relações Interfinanceiras

O montante de R\$277.734 (31/12/2019- R\$489.400) da rubrica relações interfinanceiras é composto por créditos vinculados, representados na sua totalidade por depósitos em espécie efetuados no Bacen para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos a prazo, recursos de aceites cambiais e adicional sobre depósitos.

7. Instrumentos Financeiros - Análise de Sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais.

As informações foram produzidas com base no conteúdo dos sistemas produtos e da contabilidade, sendo que os cálculos foram realizados de acordo com as metodologias utilizadas pela Administração do Banco. Nesse sentido, os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e "banking", conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Método Padronizado de Basileia do Bacen. Carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação e a carteira "banking" consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco RCI Brasil.

Para elaboração dos cenários da análise de sensibilidade, foram utilizados como referência: (i) informações da Curva-Pré da taxa de juros básica (DI-Futuro), utilizado os valores diários obtidos no fechamento da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") e (ii) Curva Cupom IPCA: utilizado as taxas de swaps da B3 e após 1 ano as *Yields* de NTN-B conforme divulgado pela ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais) e também são subtraídas dessas *Yields* o valor do spread de NTN-B versus DAP (Contrato Futuro de Cupom de IPCA).

O Banco RCI Brasil efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a Instrução CVM 475/2008, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente em suas posições.

O quadro resumo apresentado abaixo sintetiza valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco RCI Brasil, referente a carteira "banking", para cada um dos cenários da carteira. Em 31 de março de 2020, não apresentava saldo na carteira de negociação.

Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxas de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré-Fixadas	(352)	(5.360)	(10.565)
Total ⁽¹⁾		(352)	(5.360)	(10.565)

(1) Valores calculados com base nas informações consolidadas das instituições.

Cenário 1: uma situação considerada provável pela Administração. Com base nas informações de mercado, foram aplicados choques de 10 pontos base para taxa de juros.

Cenário 2: uma situação, com deterioração de 25% na variável de risco considerada.

Cenário 3: uma situação, com deterioração de 50% na variável de risco considerada.

8. Carteira de Crédito, Arrendamento e Provisão para Perdas

Os contratos de arrendamento são pactuados a taxas pré-fixadas e têm cláusula de opção de compra, renovação do arrendamento ou devolução ao final do contrato. Não houve mudança na contabilização e para fins de apresentação, está sendo seguida a Circular nº 3.959 do Bacen, conforme descrito na Nota 2.

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

a) Carteira de Arrendamento

	31/03/2020	31/12/2019
Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil	766.723	876.072
Arrendamentos a Receber	234.380	267.080
Valores Residuais a Realizar ⁽¹⁾	532.343	608.992
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(224.017)	(255.886)
Valores Residuais a Balancear	(532.343)	(608.992)
Outros Valores e Bens	1.005	884
Imobilizado de Arrendamento	1.495.676	1.627.372
Credores por Antecipação de Valor Residual	(896.553)	(950.293)
Total da Carteira de Arrendamento a Valor Presente	610.491	689.157

(1) Valor residual garantido dos contratos de arrendamento mercantil, líquida de antecipações.

b) Carteira de Arrendamento por Vencimento

Carteira de Arrendamento a Valor Presente	31/03/2020	31/12/2019
Vencidas	6.164	4.947
A Vencer:		
Até 1 Ano	272.770	296.440
De 1 a 5 Anos	331.403	387.415
Acima de 5 Anos	154	355
Total	610.491	689.157

c) Carteira de Créditos

	31/03/2020	31/12/2019
Operações de Crédito:		
Financiamentos - Floorplan	1.284.596	1.447.417
Financiamentos - CDC Veículos	8.467.144	8.181.781
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	-	18
Total	9.751.740	9.629.216

Carteira por Vencimento - Operações de Crédito

	31/03/2020	31/12/2019
Vencidas	62.090	53.964
A Vencer:		
Até 3 Meses	2.214.273	2.212.168
De 3 a 12 Meses	2.710.559	2.767.348
De 1 a 5 Anos	4.759.487	4.589.640
Acima de 5 Anos	5.331	6.096
Total	9.751.740	9.629.216

Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros

De acordo com a Resolução nº 3.533/2008 do CMN atualizada com normatizações posteriores, as operações de cessão de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios, passaram a partir de 1 de janeiro de 2012 a permanecer registradas na carteira de crédito. Para as operações de cessão de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011, independente da retenção ou transferência substancial de riscos e benefícios, os ativos financeiros eram baixados do registro da operação original e o resultado apurado na cessão apropriada ao resultado do exercício.

Com Retenção Substancial de Riscos e Benefícios

No período findo em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019, não houve cessão de créditos com coobrigação para os Fundos de Investimentos (FIDC's) referente a financiamento de veículos. Em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019, não há valor presente das operações cedidas.

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

d) Carteira de Crédito e Arrendamento por Setor de Atividades

Setor Privado	31/03/2020	31/12/2019
Indústria	49.156	50.486
Comércio	1.490.151	1.648.709
Instituições Financeiras	784	856
Serviços e Outros	355.748	391.307
Pessoas Físicas	8.465.083	8.225.807
Agricultura	1.309	1.208
Total	10.362.231	10.318.373

e) Carteira e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa sobre Carteira a Valor Presente Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Carteira de Créditos			31/03/2020 Provisão		
		Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total	Requerida	Adicional ⁽²⁾	Total
AA	-	604.114	-	604.114	-	-	-
A	0,5%	8.273.036	-	8.273.036	41.365	20.764	62.129
B	1%	746.805	261.344	1.008.149	10.081	-	10.081
C	3%	77.367	182.549	259.916	7.797	-	7.797
D	10%	8.723	53.514	62.237	6.224	-	6.224
E	30%	15.355	26.085	41.440	12.432	-	12.432
F	50%	23.166	22.420	45.586	22.793	-	22.793
G	70%	79	14.779	14.858	10.401	-	10.401
H	100%	267	52.627	52.894	52.894	-	52.894
Total		9.748.912	613.318	10.362.230	163.987	20.764	184.751

Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Carteira de Créditos			31/12/2019 Provisão		
		Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total	Requerida	Adicional ⁽²⁾	Total
AA	-	655.238	-	655.238	-	-	-
A	0,5%	8.308.410	-	8.308.410	41.542	20.763	62.305
B	1%	668.632	202.089	870.721	8.707	-	8.707
C	3%	122.737	129.412	252.149	7.564	-	7.564
D	10%	42.527	41.613	84.140	8.414	-	8.414
E	30%	15.297	23.845	39.142	11.743	-	11.743
F	50%	25.189	19.120	44.309	22.155	-	22.155
G	70%	87	11.485	11.572	8.100	-	8.100
H	100%	267	52.424	52.691	52.691	-	52.691
Total		9.838.384	479.988	10.318.372	160.916	20.763	181.679

(1) Composto por operações que incluem parcelas vincendas e vencidas há mais de 14 dias.

(2) A provisão adicional é constituída com base principalmente na expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao requerido pela regulamentação vigente.

f) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	1/01 a 31/03/2020	1/01 a 31/03/2019
Saldo Inicial	181.679	147.705
Constituição (Reversão)	33.280	40.143
Baixas	(30.208)	(39.040)
Saldo Final	184.751	148.808
Créditos Recuperados ⁽¹⁾	5.688	3.822

(1) Registrados como receita da intermediação financeira nas rubricas de operações de crédito e de operações de arrendamento mercantil.

Nos trimestres findos em 31 de março de 2020 e de 2019, não houve renegociações.

9. Créditos Tributários
a) Natureza e Origem dos Créditos Tributários

	Saldos em			Saldos em
	31/12/2019	Constituição	Realização	31/03/2020
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	157.446	16.012	(6.900)	166.558
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	7.125	1.153	(4.381)	3.897
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	40.799	2.239	(247)	42.791
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	5.912	423	(145)	6.190
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação e Derivativos - IR/CS	-	1.707	-	1.707
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação e Derivativos - Pis/Cofins	-	185	-	185
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos disponíveis para venda e hedges de fluxo de caixa - IR/CS	65.638	11.895	-	77.533
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos disponíveis para venda e hedges de fluxo de caixa - Pis/Cofins	7.113	1.289	-	8.402
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	1.562	406	(490)	1.478
Outras Provisões Temporárias	28.163	-	(132)	28.031
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	313.758	35.309	(12.295)	336.772
Prejuízos Fiscais	41.219	-	(8.687)	32.532
Total dos Créditos Tributários	354.977	35.309	(20.982)	369.304

Em 31 de março de 2020 e de 2019, o Banco RCI não possui créditos tributários não ativados.

b) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

Ano	31/03/2020				
	Diferenças Temporárias			Prejuízos	
	IRPJ	CSLL	PIS/Cofins	Fiscais	Total
2020	41.281	33.025	2.147	14.263	90.716
2021	55.575	44.460	2.862	11.930	114.827
2022	49.049	39.239	2.862	6.339	97.489
2023	29.165	23.332	716	-	53.213
2024	4.060	2.756	-	-	6.816
2025 a 2027	1	1	-	-	2
2028 a 2029	3.467	2.774	-	-	6.241
Total	182.598	145.587	8.587	32.532	369.304

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

O estudo técnico de realização dos créditos tributários foi aprovado pelo Conselho de Administração na reunião realizada em 13 de maio de 2020.

c) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$341.136 (31/12/2019 - R\$325.460), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e a taxa média de captação projetada para os períodos correspondentes.

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

10. Outros Créditos – Diversos

	31/03/2020	31/12/2019
Devedores por Depósitos em Garantia		
Para Interposição de Recursos Fiscais	177.617	175.960
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	3.044	3.122
Para Interposição de Recursos Cíveis	24.146	24.201
Impostos e Contribuições a Compensar	16.135	16.006
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	27.296	77.708
Outros	2.994	1.924
Total	251.232	298.921

11. Imobilizado de Uso

	31/03/2020		31/12/2019	
	Custo	Depreciação	Residual	Residual
Outras Imobilizações de Uso				
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	2.294	(895)	1.399	1.212
Sistemas de Segurança e Comunicações	118	(112)	6	5
Sistemas de Processamento de Dados	826	(680)	146	165
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	2.552	(740)	1.812	847
Imobilizações em Curso	298	-	298	57
Total	6.088	(2.427)	3.661	2.286

12. Intangível

Refere-se a gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais - desenvolvimento de software externo no valor de R\$5.828 (31/12/2019 - R\$5.828) como custo de aquisição e R\$5.362 (31/12/2019 - R\$5.248) de amortização acumulada.

13. Captação de Recursos
a) Depósitos

					31/03/2020	31/12/2019
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Depósitos						
Interfinanceiros ⁽¹⁾	-	182.386	1.513.041	2.797.268	4.492.695	5.025.521
Depósitos a Prazo ⁽²⁾	-	-	4.180	23.838	28.018	23.812
Outros Depósitos ⁽³⁾	7.591	-	-	-	7.591	7.454
Total	7.591	182.386	1.517.221	2.821.106	4.528.304	5.056.787

(1) Inclui o valor de R\$1.787.140 (31/12/2019 - R\$1.768.438) de Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI objeto de "hedge" fluxo de caixa e possuem data de emissão entre setembro de 2017 e março de 2020 e prazo de vencimento entre junho de 2020 e agosto de 2024.

(2) Compostos por Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e possuem data de emissão entre março de 2019 e março de 2020 e prazo de vencimento entre julho de 2020 e março de 2022.

(3) Refere-se a pagamentos a maior das parcelas de financiamento de veículos realizados por parte de nossos clientes, disponíveis para resgate.

b) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

					31/03/2020	31/12/2019
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total	Total
Recursos de Aceites Cambiais ⁽¹⁾⁽³⁾	167.217	513.374	884.593	1.565.184	1.591.753	
Letras Financeiras ⁽²⁾⁽⁴⁾	482.506	842.986	2.352.461	3.677.953	3.495.626	
Total	649.723	1.356.360	3.237.054	5.243.137	5.087.379	

(1) São constituídas por títulos cambiais pactuados com taxas pós-fixadas. Possuem data de emissão entre janeiro de 2017 e março de 2020 e possuem prazo de vencimento entre abril de 2020 e março de 2023.

(2) As principais características das Letras Financeiras são: prazo mínimo de dois anos e valor nominal mínimo de R\$150. Possuem data de emissão entre abril de 2017 e fevereiro de 2020 e possuem prazo de vencimento entre abril de 2020 e julho de 2024.

(3) Em 31 de março de 2020, inclui o valor de R\$697.960 (31/12/2019 - R\$729.389) de Letras de Câmbio - LC, objeto de "hedge" fluxo de caixa.

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

(4) Em 31 de março de 2020, inclui o valor de R\$2.965.104 (31/12/2019 - R\$2.446.096) de Letras Financeiras - LF, objeto de "hedge" fluxo de caixa.

14. Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher e valores envolvidos em processos judiciais e administrativos.

	31/03/2020	31/12/2019
Provisão para Tributos Diferidos (Nota 14.a)	168.595	169.429
Impostos e Contribuições a Pagar	7.864	39.860
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	23.822	-
Total	200.281	209.289

a) Natureza e Origem dos Passivos Tributários Diferidos

	Saldos em 31/12/2019	Constituição	Realização	Saldos em 31/03/2020
Ajuste a Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e Hedges de Fluxo de Caixa - IR/CS	27	-	(27)	-
Ajuste a Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e Hedges de Fluxo de Caixa - Pis/Cofins	3	-	(3)	-
Superveniência de Arrendamento Mercantil	169.399	-	(804)	168.595
Total	169.429	-	(834)	168.595

b) Expectativa de Exigibilidade dos Passivos Tributários Diferidos

Ano	31/03/2020	
	Diferenças Temporárias	Total
	IRPJ	
2022	33.719	33.719
2023	33.719	33.719
2024	33.719	33.719
2025 a 2027	67.438	67.438
Total	168.595	168.595

15. Outras Obrigações – Diversas

	31/03/2020	31/12/2019
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 16.b)	22.417	28.975
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 16.b)	141.314	137.391
Taxas de Equalização e Subsídios de Taxas de Juros	258.623	278.459
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão de Créditos (Nota 18.d)	-	40
Outras	103.139	113.475
Total	525.493	558.340

16. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais
a) Ativos Contingentes

Em 31 de março de 2020 e de 2019, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	31/03/2020	31/12/2019
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 15)	141.314	137.391
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos (Nota 15)	22.417	28.975
Ações Trabalhistas	13.755	13.138
Ações Cíveis	8.662	15.837
Total	163.731	166.366

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	1/01 a 31/03/2020			1/01 a 31/03/2019		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	137.391	13.138	15.837	129.591	11.640	21.254
Constituição Líquida de Reversão e Atualizações						
Monetárias ⁽¹⁾	4.485	922	(5.786)	2.114	387	2.229
Pagamentos	(562)	(305)	(1.389)	(473)	-	(4.049)
Saldo Final	141.314	13.755	8.662	131.232	12.027	19.434
Depósitos em Garantia - Outros						
Créditos ⁽²⁾	177.617	3.044	24.146	168.298	2.557	21.966

(1) Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras despesas operacionais e IR e CSLL.

(2) Referem-se aos valores de depósitos em garantias.

d) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal e Previdenciária

São processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias. Os principais processos são:

PIS e Cofins - R\$14.129 (31/12/2019 - R\$14.055): o Banco RCI Brasil ajuizou medida judicial visando a afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas e não apenas sobre aquelas decorrentes de prestação de serviços e venda de mercadorias. Antes da referida norma, já afastada em decisões recentes do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação às entidades não financeiras, eram tributadas pelo PIS e pela Cofins apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias.

Majoração de Alíquota da CSLL - R\$113.262 (31/12/2019 - R\$112.548): Mandado de Segurança visando afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela Medida Provisória (MP) 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As instituições financeiras estavam anteriormente sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a referida legislação estabeleceu a alíquota de 15%, a partir de abril de 2008. As ações judiciais ainda estão pendentes de julgamento.

e) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

São ações judiciais de caráter predominantemente indenizatório e revisionais de crédito.

As ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a arrendamentos mercantis.

As ações revisionais referem-se a operações de arrendamento mercantil, através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais.

As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

f) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis Classificados como Risco de Perda Possível

O Banco RCI Brasil possui passivos contingentes classificados como risco de perda possível no montante aproximado de R\$45.225 para ações cíveis, R\$1.099 para ações trabalhistas e R\$153.469 para ações fiscais. A natureza das ações se assemelham as descritas nos itens "d" e "e" (31/12/2019 – R\$44.132, R\$1.496 e R\$216.824, respectivamente).

PIS/COFINS – Auto de Infração - R\$106.673 (31/12/2019 - R\$170.144): Em março de 2018, a Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração, visando a cobrança dos tributos de PIS e COFINS, referente ao período de agosto de 2013 a junho de 2016, sob alegação de supostas irregularidades na apuração da base de cálculo destes tributos, a saber: (i) não oferecimento à tributação de receitas operacionais apuradas na venda de bens do ativo não circulante; (ii) deduções de despesas não comprovadas; (iii) deduções de insuficiências de depreciação não comprovadas; (iv) apropriação de valores negativos de superveniência de depreciação não comprovados; e (v) não oferecimento à tributação de receitas de juros de mora no leasing. Atualmente, o processo administrativo aguarda decisão.

17. Patrimônio Líquido
a) Capital Social

Em 31 de março de 2020 e de 2019, o capital social no valor de R\$985.225 é composto por ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal, assim demonstrado (em unidade de ações):

	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	80.784	80.556	161.340
De Domiciliados no Exterior	121.728	121.385	243.113
Total	202.512	201.941	404.453

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas conferem todos os demais direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além da prioridade na distribuição dos dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias e no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de dissolução da Companhia.

	Em Milhares de Reais			31/12/2019			
	Bruto	IRRF	Líquido	Reais por Ação		Líquido	
				Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais
Dividendos ⁽¹⁾⁽³⁾	31.534	-	31.534	74,26	81,69	74,26	81,69
Juros sobre o Capital Próprio ⁽²⁾	74.000	11.100	62.900	174,26	191,68	148,12	162,93
Total	105.534	11.100	94.434				

(1) Deliberado na Reunião da Diretoria de 30 de abril de 2019 e pagamento efetuado em 21 de maio de 2019.

(2) Deliberado na Assembleia Geral Extraordinária de 27 de dezembro de 2019 e pagamento efetuado em 6 de janeiro de 2020.

(3) Deliberado com base na Reserva para Reforço de Capital de Giro.

c) Reservas Estatutárias

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício foi destinado para a reserva para reforço de capital de giro, com a finalidade de garantir os meios financeiros para a operação da Companhia, limitada a 100% do capital social, podendo ser utilizada para futuros aumentos de capital.

d) Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal no semestre e exercício, até que a mesma atinja a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

18. Partes Relacionadas**a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração**

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) do Banco RCI Brasil realizada em 30 de abril de 2020, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos administradores e para o ano de 2020 foi fixado o valor máximo de R\$4.335 (2019 - R\$6.883). A Companhia é parte integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander e seus Administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco RCI Brasil e no Banco Santander.

a.1) Benefícios de Longo Prazo

O Banco RCI Brasil não possui programa de remuneração de longo prazo ao pessoal-chave da Administração ou a outras partes relacionadas.

a.2) Benefícios de Curto Prazo

Salários e Honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva	1/01 a 31/03/2020	1/01 a 31/03/2019
Remuneração Fixa	347	412
Outras	241	263
Total	588	675

Adicionalmente, no período findo em 31 de março de 2020, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da administração no montante de R\$281 (31/03/2019 - R\$345).

b) Operações de Crédito

O Banco RCI Brasil poderá efetuar transações com partes relacionadas, alinhadas com a legislação vigente no que tangem os artigos 6º e 7º da Resolução 4.693/18 CMN, o artigo 34 da Lei 6.404/76 “Lei das Sociedades Anônimas” e a Política para Transações com Partes Relacionadas.

São consideradas partes relacionadas do Banco RCI Brasil, em relação a cada uma delas, individualmente consideradas:

- I. Seus controladores, pessoas naturais ou jurídicas, nos termos do art. 116 da Lei das Sociedades Anônimas;
- II. Seus diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais;
- III. Em relação às pessoas mencionadas nos incisos (i) e (ii), seu cônjuge, companheiro e parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau;
- IV. Pessoas naturais com participação societária qualificada em seu capital;
- V. Pessoas jurídicas com participação societária qualificada em seu capital;
- VI. Pessoas jurídicas em cujo capital, direta ou indiretamente, uma Instituição Financeira Santander possua participação societária qualificada;
- VII. Pessoas jurídicas nas quais uma Instituição Financeira Santander possua controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária; e
- VIII. Pessoas jurídicas que possuam diretor ou membro do conselho de administração em comum com uma Instituição Financeira Santander.

c) Participação Acionária

O Banco RCI Brasil é uma joint-venture cujo capital pertence 60,11% à RCI Banque - empresa do Grupo Renault e 39,89% ao Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander).

d) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

A partir de 31 de dezembro de 2018, estão demonstrados as transações e saldos com Pessoal Chave da Administração. As principais transações e saldos são conforme segue:

	Ativos (Passivos)		(Despesas)	
	31/03/2020	31/12/2019	1/01 a 31/03/2020	1/01 a 31/03/2019
Disponibilidades	36.654	9.383	-	-
Banco Santander ⁽³⁾	36.654	9.383	-	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	175.000	167.017	1.090	516
Banco Santander ⁽³⁾	175.000	167.017	1.090	516
Títulos e Valores Mobiliários - Carteira Própria	631.879	629.783	2.096	16.560
FIDC Venda de Veículos ⁽⁹⁾	631.879	629.783	2.096	10.317
FIDC RCI Brasil I ⁽⁹⁾	-	-	-	1.681
FIDC RN Brasil ⁽⁹⁾	-	-	-	4.562
Operações de Crédito	4.724	6.053	12.041	13.794
Renault do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	2.583	2.988	5.828	6.124
Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda. ⁽⁴⁾	361	463	1.024	1.067
Nissan do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	1.780	2.584	5.189	6.603
FIDC RCI Brasil I ⁽⁹⁾	-	-	-	-
FIDC RN Brasil ⁽⁹⁾	-	18	-	-
Valores a Receber de Sociedades Ligadas⁽⁶⁾⁽¹⁰⁾	31.348	82.480	52.320	52.985
Renault do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	17.912	75.852	41.728	42.522
Nissan do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	13.368	6.550	10.222	10.268
FIDC Venda de Veículos ⁽⁹⁾	-	-	51	15
Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda. ⁽⁸⁾	68	78	319	180
Depósitos Interfinanceiros	(4.096.898)	(4.314.399)	(53.908)	(45.015)
Banco Santander ⁽³⁾	(4.096.898)	(4.314.399)	(53.908)	(45.015)
Recursos de Aceites Cambiais	(646.136)	(677.177)	(6.577)	(5.816)
Renault do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	(360.933)	(350.825)	(3.073)	(3.846)
Corretora de Seguros RCI Brasil S.A. ⁽⁸⁾	(89.922)	(88.993)	(886)	(1.008)
RCI Brasil Serviços e Participações Ltda. ⁽⁴⁾	(155.262)	(148.804)	(1.540)	(962)
Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda. ⁽⁸⁾	(7.957)	(7.066)	(68)	-
FIDC Venda de Veículos ⁽⁹⁾	(32.062)	(81.489)	(1.010)	-
Dividendos e Bonificações a Pagar	-	(62.900)	-	-
RCI Banque ⁽³⁾	-	(37.809)	-	-
Banco Santander ⁽³⁾	-	(25.091)	-	-
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas	(4.298)	(17.438)	(16.083)	(21.534)
Banco Santander ⁽³⁾	-	-	(2.515)	(3.414)
RCI Banque ⁽¹⁾⁽³⁾	(1.606)	(4.227)	(455)	(5.738)
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ⁽¹⁾⁽⁵⁾	(2.692)	(1.876)	(3.609)	(3.267)
Nissan do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	-	(11.335)	(9.504)	(9.115)
Outros	(1)	-	(1)	-
Outras Obrigações - Diversas	(34)	(71)	(792)	(21.314)
Pessoal Chave da Administração	-	-	(588)	(675)
Santander Brasil Tecnologia S.A. ⁽⁷⁾	-	-	(93)	(133)
Renault do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	(19)	(21)	(58)	(90)
Nissan do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	(15)	(10)	(53)	(16)
FIDC RCI Brasil I e FIDC RN Brasil ⁽²⁾⁽⁹⁾	-	(40)	-	(20.400)

(1) As despesas referem-se a despesas administrativas - convênio operacional.

(2) Cessão de crédito para FIDC RCI Brasil I e FIDC RN Brasil.

(3) Controladores da Companhia (Nota 18.c).

(4) Coligadas da controladora RCI Banque.

(5) Subsidiária do controlador Banco Santander.

(6) Valores a receber das montadoras, referente a equalização de taxas de juros.

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

- (7) Atual denominação da Produban Serviços de Informática S.A. que incorporou a Isban Brasil S.A. em fevereiro de 2018. Subsidiária do controlador Banco Santander.
- (8) Controladas da controladora RCI Banque.
- (9) Fundos de Investimento dos quais o Banco RCI Brasil possui 100% das cotas subordinadas.
- (10) Valores registrados nas rubricas Rendas a Receber e Outros Créditos - Diversos.

19. Rendas de Tarifas Bancárias

	1/01 a 31/03/2020	1/01 a 31/03/2019
Tarifas de Cadastro em Operações de Crédito	18.611	20.224
Outras	2.129	2.335
Total	20.740	22.559

20. Outras Despesas Administrativas

	1/01 a 31/03/2020	1/01 a 31/03/2019
Serviços do Sistema Financeiro	4.271	6.426
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	16.946	14.679
Propaganda e Publicidade	13.893	17.996
Convênio Operacional Aymoré Financiamentos	3.609	3.267
Convênio Operacional RCI Banque	455	5.738
Serviços de Processamento de Dados	4.103	1.686
Transportes e Viagens	748	618
Outras	2.771	2.392
Total	46.796	52.802

21. Outras Receitas Operacionais

	1/01 a 31/03/2020	1/01 a 31/03/2019
Atualização de Depósitos Judiciais	1.613	1.392
Atualização de Impostos a Compensar	501	783
Comissão de Permanência sobre Contratos em Atraso	477	502
Recuperação de Encargos e Despesas ⁽¹⁾	7.777	8.636
Outras	203	5.043
Total	10.571	16.356

(1) Trata-se basicamente de recuperações de encargos relacionados a carteira de créditos.

22. Outras Despesas Operacionais

	1/01 a 31/03/2020	1/01 a 31/03/2019
Despesas com Comissões Comerciais e de Agenciamento	16.702	18.316
Provisões Operacionais		
Fiscais	3.235	527
Cíveis (Nota 16.c)	(5.786)	2.229
Trabalhista (Nota 16.c)	922	387
Gastos com Contratos em Atraso	2.113	2.298
Despesas com Serasa e Serviço de Proteção ao Crédito (SPC)	512	427
Atualização Monetária Contingência Fiscal	1.097	1.587
Procedimentos e Custas Processuais	-	866
Outras	1.207	979
Total	20.002	27.616

BANCO RCI BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

23. Resultado Não Operacional

	1/01 a 31/03/2020	1/01 a 31/03/2019
Resultado na Alienação de Imobilizado de Arrendamento	6.678	12.632
Perdas de Capital	(517)	(172)
Total	6.161	12.460

24. Imposto de Renda e Contribuição Social

	1/01 a 31/03/2020	1/01 a 31/03/2019
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	93.304	66.128
Participações no Lucro	(903)	(753)
Resultado antes dos Impostos	92.401	65.375
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 20%, Respectivamente (31/03/2019 - 25% de imposto de renda e 15% de contribuição social) ⁽¹⁾	(41.580)	(26.150)
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	314	305
Demais Ajustes, CSLL 5%	5.977	-
Demais Ajustes	177	(1.558)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(35.112)	(27.403)

(1) De janeiro de 2019 até fevereiro de 2020, a majoração provisória da alíquota da CSLL foi de 15% e em março de 2020, a alíquota é de 20%.

25. Outras Informações

a) Em consonância à Resolução do CMN nº 3.198/2004, o Banco RCI Brasil aderiu ao Comitê de Auditoria único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander.

b) As instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Santander optaram pela constituição de estrutura única de gerenciamento de risco de crédito, que opera de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

c) A apuração do Índice de Basileia aplicado ao Banco RCI Brasil é efetuado em conjunto com o Conglomerado Prudencial do Banco Santander.

Estas Informações Trimestrais, no que tange ao Gerenciamento de Riscos de Crédito e Apuração do Índice de Basileia, devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras do Banco Santander, referentes ao período em 31 de março de 2020, disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

26. Evento Subsequente

Na AGO realizada em 30 de abril de 2020, os acionistas da Companhia aprovaram a destinação do lucro apurado no exercício de 2019 no valor de R\$258.021, da seguinte forma: (a) R\$12.901 destinados à Reserva Legal; (b) R\$74.000 a título de Juros Sobre Capital Próprio, pagos em janeiro de 2020; (c) R\$48.560 a título de dividendos, a serem pagos no prazo de até 60 dias, sendo R\$114,35 para ações ordinárias e R\$125,79 para ações preferenciais, em reais por ação; e (d) R\$122.560 destinados à conta de Reserva para Reforço de Capital.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente
François Guionnet

Suplente do Presidente do Conselho
Jean-Marc Marie Bernard Saugier

Conselheiros Efetivos
Angel Santodomingo Martell
Andre de Carvalho Novaes
Jean-Philippe Jacques Maurice Vallee
Francisco Javier Muñoz Bermejo
Patrick Jean Michel Claude

Conselheiros Suplentes
Gustavo de Sousa Santos
Enrico Rossini
Fabien Jean Michel Tournier
Roberto Alexandre Borges Fischetti
Diogo Rodrigues de Sousa Lima

DIRETORIA

Diretor Presidente
Jean-Philippe Jacques Maurice Vallee

Diretor Geral
Enrico Rossini

Diretor de Relações Institucionais
Andre de Carvalho Novaes

Diretor Administrativo Financeiro
Fabien Jean Michel Tournier

Diretor de Risco
Murilo Azevedo Bruno

CONTADOR
Leonardo Santicioli - CRC 1SP265213/O-3

BANCO RCI BRASIL S.A.
DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE ÀS IINFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria do Banco RCI Brasil S.A. declaram que discutiram, revisaram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia, relativas ao período findo em 31 de março de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei das Sociedades por Ações, as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais regulamentação e legislação aplicáveis.

Membros da Diretoria da Companhia:

Diretor Presidente

Jean-Philippe Jacques Maurice Vallee

Diretor de Relações Institucionais

Andre de Carvalho Novaes

Diretor de Risco

Murilo Azevedo Bruno

Diretor Geral

Enrico Rossini

Diretor Administrativo Financeiro

Fabien Jean Michel Tournier

Curitiba, 13 de maio de 2020.

BANCO RCI BRASIL S.A.
DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria do Banco RCI Brasil S.A. declaram que discutiram, revisaram e concordam com as opiniões expressas no Relatório de Auditoria dos Auditores Independentes relativas ao período findo em 31 de março de 2020, sobre as Informações Trimestrais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei das Sociedades por Ações, as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais regulamentação e legislação aplicáveis.

Membros da Diretoria da Companhia:

Diretores Presidentes

Jean-Philippe Jacques Maurice Vallee

Diretor de Relações Institucionais

Andre de Carvalho Novaes

Diretor de Risco

Murilo Azevedo Bruno

Diretor Geral

Enrico Rossini

Diretor Administrativo Financeiro

Fabien Jean Michel Tournier

Curitiba, 13 de maio de 2020.